



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SMDS
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA

Nº. 12/2022

(Plenária Híbrida)

Aos cinco dias do mês de maio de dois mil e vinte dois, às quatorze horas, reuniram-se para Assembleia Ordinária, de forma híbrida, pela plataforma Zoom e na sede do CMDCA, situado à Av. João Pessoa, 1105 - Farroupilha, Porto Alegre - RS, 90040-001, sob coordenação da Vice-Presidenta **CAROLINA AGUIRRE DA SILVA**, e na presença dos:

CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL: Rosana Fernandes Nunes, **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Porto Alegre, APAE/Porto Alegre**; Viturugo Rinaldi de Miranda, **Casa do Menino Jesus de Praga**; Lenira Leites da Silva, **Círculo Operário Porto Alegre**; João Batista Machado da Rocha, **Fundação O Pão dos Pobres de Santo Antônio**; Sheila Aparecida Maia Teixeira, **Instituto Pobres Servos da Divina Providência – IPSDP**; Arlei Márcia Weide, **Obra Social Imaculado Coração de Maria – OSICOM**; Paulo Francisco da Silva, **Pequena Casa da Criança**; e Priscila Ballestrin, **Parceiros Voluntários**.

CONSELHEIROS DO GOVERNO: Letícia Giardin, **Fundação de Assistência Social e Cidadania – FASC**; Otília Maria Henz de Abreu, **Secretaria Municipal da Fazenda – SMF**; Bárbara Inajara Soares Calegari, **Secretaria Municipal da Educação – SMED**; e Aline Borges, **Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude – SMELJ**.

DEMAIS PRESENTES: Denise Muzell, Carlos Dutra e Luiz Henrique Frota, **Administrativos CMDCA/FUNCRIANÇA**; Patrícia Costa Ribeiro, **Taquígrafa – TG Taquígrafia**.

PAUTA:

1. ABERTURA;

2. DEBATES E DELIBERAÇÕES;

2.1. COMISSÕES: EXECUTIVA, FINANÇAS, POLÍTICAS E REORDENAMENTO;

3. INFORMES.

Após a conferência de *quorum* foram abertos os trabalhos:

1. ABERTURA

2. DEBATES E DELIBERAÇÕES

31 **2.1. COMISSÕES: EXECUTIVA**

32 **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz –**
33 **CAIMC (TOPOGIGIO):** Então, vamos lá, pessoal? Hoje pela manhã nós tivemos a
34 executiva, dando o retorno da plenária do Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do
35 Adolescente, que aconteceu ontem, de forma presencial. Fazia quase 2 anos que não era de
36 forma presencial, sempre online. Então, fizemos uma fala sobre os principais assuntos. Nós
37 fizemos uma fala, enquanto CMDCA, sobre as nossas reuniões com a Prefeitura, FASC e
38 SMED. Também já trazendo a fala sobre o edital que está na PGM, também o valor de 12
39 milhões, que nós aprovamos aqui. Também o dia que vai para o e-mail do Fórum, o dia para
40 entendimento das instituições aqui no CMDCA pela equipe, para poder agendar, atender as
41 instituições com um pouquinho mais de tranquilidade. Então, essa informação ainda não foi
42 para o Fórum e a gente precisa que seja enviada também essa informação. O Carlos está
43 presente, então, fará essa informação ao e-mail do Fórum para a gente poder ter o início desses
44 atendimentos. Hoje de manhã a Roberta, o Frei Luciano e o José Alfredo tiveram uma reunião
45 com a FASC, já organizaram a pauta, na verdade, uma agenda com reuniões consecutivas. As
46 reuniões serão mensais, sendo uma na plenária e outra na executiva, para alinharmos as
47 questões da própria assistência, também da criança e adolescente. Da Executiva foi isso.
48 Vamos passar para as comissões. Qual comissão que poderia ser a primeira? Comissão de
49 Registro?

50 **- COMISSÃO DE REGISTRO:**

51 **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança:** Pode ser. Não é para votação, é só
52 para registrar que a gente vai solicitar o carro para visita quarta-feira que vem. Serão duas
53 visitas, uma é na Associação Comunitária Vila Monte Cristo e a outra é na Associação
54 Recreativa e Cultural Esporte e Vida. A comissão vai se dividir, uma parte vai ficar analisando
55 processos e a outra fazendo visita. Deixar registrado também, não sei se é para o Carlos ou
56 para o Luiz Henrique, tem muitas instituições solicitando reativação de registro. Então, a nossa
57 comissão vem solicitar que a Gerência inclua no SEI ou através do e-mail da comissão o SIAS,
58 para a gente saber como está a situação cadastral, né. É para a gente saber por que foi
59 suspensa ou cancelada, também quais os programas que tem. Então, é isso aí, em princípio.

60 **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz –**
61 **CAIMC (TOPOGIGIO):** Só isso, Paulinho? **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da**
62 **Criança:** Isso! **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro**

63 **da Cruz – CAIMC (TOPOGIGIO):** Então, vamos para a Comissão de Políticas. A Sheila já
64 está? Não vi ela.

65 **- COMISSÃO DE POLÍTICAS:**

66 **Sheila Aparecida Maia Teixeira, Instituto Pobres Servos da Divina Providência –**
67 **IPSDP:** Estou aqui. Na Comissão de Políticas a gente teve que fazer umas organizações
68 internas. Houve um reagendamento que nós solicitamos através de um despacho de uma OSC,
69 mas não sei, por questões internas a gente a OSC não recebeu o e-mail com o agendamento.
70 Então, solicitamos novamente. Eu mandei o e-mail para o pessoal da equipe, já falei com o
71 Carlos Dutra para ele fazer o encaminhamento e já enviamos um e-mail solicitando uma nova
72 agenda com a Júnior Achievement, que eles têm um projeto de captação, né. A gente viu na
73 Comissão Mista, que tem várias questões para conversar com eles de readequação do projeto,
74 para a gente entender algumas coisas também. Nós fizemos uma organização de processos e a
75 gente teve um pouco de dificuldade com essa questão em relação à Comissão Mista, porque
76 houve uma combinação de que os processos que são novos, de captação, então, eles ficariam
77 com a Comissão Mista, eles iriam tanto para a Comissão de Finanças, como para a Comissão
78 de Políticas. Então, hoje tivemos dois processos novos, eles estavam só na Unidade de
79 Políticas. Aí nós entramos em contato com a Finanças, entrei em contato com a Priscila e o
80 Everton com a Otília, nós assumimos os processos. Eu enviei para a Comissão de Finanças
81 também esses dois processos, que é da Fazendinha, é o Piquete Feijó, o outro é do hospital
82 Materno Infantil Presidente Vargas. Esses dois processos estavam só na Comissão de Políticas,
83 acabamos encaminhando e atribuímos os processos, mas a gente não conseguiu fazer o parecer
84 deles ainda hoje, porque estávamos com outras atividades paralelas do Conselho, porque a
85 gente estava fazendo essa organização. Teve outro processo que também seria da Comissão
86 Mista, que é um processo novo, da Via-Pró, que foi para as duas comissões, mas a gente
87 pensou que era um processo antigo que tinha voltado, depois a gente viu que era um novo. Aí
88 a gente também atribuiu para a Comissão Mista. Eu e o Gustavo Brock analisamos, mas a
89 gente ficou com algumas dúvidas, a gente não vai trazer para a plenária agora, porque
90 decidimos conversar com a Executiva, porque são questões que têm a ver com a política da
91 criança, é uma questão maior que a gente tem que discutir. E na próxima semana a gente traz
92 para a plenária essa discussão, que é uma discussão um pouco mais ampla, que é em relação ao
93 atendimento ser de crianças de Porto Alegre ou não, que é uma solicitação antiga, mas a gente
94 tem que pautar de novo, ver como que a gente vai encaminhar. Então, esses três processos
95 estão em encaminhamentos, mas não vão ser trazidos hoje. E os demais processos a comissão

96 analisou, alguns estão aguardando documento, um deles veio a documentação nova, que é um
97 processo que o Everton e a Otília estavam olhando. O Everton disse que vai analisar depois,
98 ele não conseguiu porque estava com outra reunião com uma OSC, hoje de manhã também, a
99 MITRA. Então, a gente estava com muita coisa ao mesmo tempo, não conseguimos analisar
100 todos. Para a semana que vem vamos ter esses que estão com a Comissão Mista e alguns
101 retornos, que também não conseguimos analisar pela manhã, para na próxima semana trazer os
102 pareceres. **Everton Silveira, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** Além
103 disso, né, Sheila, nós temos o projeto da SEMANECA, nós estamos no processo de
104 construção. E a Sheila hoje de manhã também lembrou de que nós temos que passar um
105 formulário para ser preenchido pelos conselheiros, com a requisição dos temas para as nossas
106 formações internas, né. Então, nós também estamos na elaboração desse material. **Sheila**
107 **Aparecida Maia Teixeira, Instituto Pobres Servos da Divina Providência – IPSDP:** A
108 Comissão de Políticas vai fazer um formulário, a gente vai encaminhar para todos. Nós ainda
109 estamos discutindo na comissão. **Luiz Henrique Frota, Administrativo**
110 **CMDCA/FUNCRIANÇA:** Por favor, me digam uma coisa, para vocês seria melhor a gente
111 criar no SEI um local específico para a Comissão Mista ou eu continuo mandando para a
112 Comissão de Políticas e para a Comissão de Finanças? Realmente, esses dois novos eu
113 coloquei somente para a Comissão de Políticas, porque fiquei em dúvida para qual comissão.
114 **Sheila Aparecida Maia Teixeira, Instituto Pobres Servos da Divina Providência –**
115 **IPSDP:** A gente até fez uma longa discussão sobre isso. O que a gente faz? Para não ficarem
116 muitos processos só para nós, no caso da Comissão Mista, que somos, na verdade, quatro
117 pessoas só, mas neste momento a gente está fazendo a experiência, né, a gente faz assim, os
118 novos processos vamos estar recebendo e analisando, fazendo o primeiro parecer, mas o
119 retorno da organização, que retorna com documentos, que às vezes é só um documento que
120 está faltando, né, aí ela retorna, entra no SEI, essa análise do retorno o restante da comissão
121 vai fazer, a Comissão de Políticas no caso. Então, a gente não quer tirar da unidade, porque aí
122 vai ficar perdido ou vai ficar só para nós a atribuição. Então, a gente quer que continue na
123 unidade de políticas, só que quando for um processo novo de captação, novinho que chegou
124 para ser analisado, aí manda para as duas, para a Comissão de Finanças e para a Comissão de
125 Políticas. **Luiz Henrique Frota, Administrativo CMDCA/FUNCRIANÇA:** Muito bem,
126 entendi! **Sheila Aparecida Maia Teixeira, Instituto Pobres Servos da Divina Providência**
127 **– IPSDP:** Quando a gente abrir já vai ver que é um novo, que é para nós, que é para a
128 Comissão Mista, que é um novo processo e a gente distribui, mas ele fica na unidade, porque

129 quando vier o retorno os colegas vão analisar o retorno, porque não vai dar tempo da gente
130 fazer toda a análise sozinhos, só nós da Mista. Foi isso que combinamos, porque estava
131 acontecendo também de nós analisarmos conjuntamente, paralelamente. A gente se
132 reorganizou e acha que assim fica melhor. **Luiz Henrique Frota, Administrativo**
133 **CMDCA/FUNCRIANÇA:** Ok, quando for novo eu passo para as duas comissões. **Sheila**
134 **Aparecida Maia Teixeira, Instituto Pobres Servos da Divina Providência – IPSDP:** Carol,
135 era isso. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz**
136 **– CAIMC (TOPOGIGIO):** Tá bom. Obrigada. A Fernanda já está aí? Então, vamos passar
137 para a Fernanda. Tudo bem, Fernanda? Agora eu passo para que tu te apresentes, a palavra
138 está contigo. **Fernanda Kerbes:** Boa tarde a todos. Obrigada! Esta agenda é para dar um
139 retorno da pesquisa que a gente fez sobre o Conselho Municipal. Eu estou fazendo mestrado
140 em educação profissional, pelo Instituto Federal. O tema foi [Inaudível/interferência no áudio]
141 o Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente tomado como estudo de caso
142 no desenvolvimento das suas atribuições. Esta pesquisa iniciou em 2019 e em 2020 a 2021
143 fizemos entrevistas com 20 conselheiros. E a resposta mais informativa é fundamentada...
144 [Inaudível/interferência no áudio]. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança:** Os
145 microfones estão abertos. **Fernanda Kerbes:** Bom, então, um dos objetivos do mestrado é o
146 desenvolvimento de um produto educacional. Então, a pesquisa foi desenvolvida pela análise
147 de conteúdo e a gente criou quatro categorias de análise, que são: a percepção dos
148 conselheiros acerca da missão e das finalidades da instituição; os desafios e possibilidades de
149 educação, de atuação; o desenvolvimento de um curso e a forma como esse curso se dá. A
150 dissertação ainda não está defendida, ela vai ser defendida até o final deste semestre, em curso.
151 E o que eu estou trazendo aqui é a proposta de formação. Essa proposta, eu vou pedir que
152 vocês encaminhem depois por e-mail, uma avaliação, porque é fundamental que vocês digam
153 se ela atende ou não ao que vocês entendem como necessário. É uma ideia bem dinâmica de
154 marcar, mas ela é fundamenta para qualificar essa proposta. E uma vez aprovado ele fica no
155 repositório e pode ser apresentado e utilizado para qualquer Conselho dos Diretos da Criança
156 e do Adolescente do país, claro que com adaptações. Então, vocês vão ver que tem partes aqui
157 que a gente entra bem na questão de Porto Alegre, da legislação de Porto Alegre, porque a
158 pesquisa toda toma Porto Alegre como um estudo de caso. Então, essa formação é pensada
159 para não ter prazo. Então, focamos em questões que só permanentes nos conselhos, como as
160 atribuições, a necessidade de planejamento. O mestrado em educação tem ações, tanto nos
161 espaços formais, que é a educação fundamental, de ensino médio, graduação e pós, quanto em

162 espaços não formais. E uma das questões que a gente desenvolve é o quanto é importante essa
163 formação em trabalho, essa formação em ação. Isso se dá em espaço não formais, como o
164 espaço de um conselho e outros tanto espaços que a gente trata como formação continuada de
165 servidores, enfim, trabalhadores em diferentes contextos. E também o quanto é importante ter
166 a certificação desse tipo de formação, porque a gente vive uma cadência em todos os níveis
167 que se tem, na educação formal também, mas não formal a gente tem ainda, isso é novo, está
168 pouco organizado, né. Então, a proposta é que esse produto contribua para ações que vão
169 nessa linha, para que a gente tenha mais sistematização de formações dessa ordem. Então, o
170 objetivo do curso é o desenvolvimento de uma ação formativa para conselheiros de direitos da
171 criança e do adolescente, que contribua com a sua formação cidadã e para o papel de gestão e
172 controle social das políticas públicas para infância e adolescência. Os específicos: aprofundar o
173 conhecimento sobre o sistema de conselhos, as políticas públicas, as atribuições dos
174 conselheiros de direitos, vinculando a formação humana integrada. É a integração no sentido
175 de que não é só aprender a fazer, mas aprender a ser, é todo um conceito de formação humana
176 junto. O conhecimento da legislação aplicada ao CMDCA Porto Alegre, tomando como
177 estudo de caso e modelo para o desenvolvimento do produto educacional, vinculando essa
178 formação ao conceito de planejamento estratégico situacional, por meio de metodologia
179 participativa. O terceiro, o aprofundamento do fluxo dos recursos financeiros do
180 FUNCRIANÇA e do uso dos recursos financeiros do FUNCRIANÇA e do uso dos sistemas
181 informatizados. O quarto, examinar as normativas vigentes para os programas e projetos em
182 desenvolvimento escritos no CMDCA, como educação infantil, o fortalecimento de vínculos, o
183 acolhimento institucional, as famílias acolhedoras, pessoas com deficiências, combate ao abuso
184 e exploração sexual, medidas socioeducativas e outros, de modo a problematizar lacunas de
185 atendimento. E quinto, promover a reflexão e a variação quanto à articulação das áreas da
186 saúde, educação e assistência, quanto às metas e impactos dos projetos sociais em
187 desenvolvimento e quanto às potencialidades e desafios do trabalho em rede. Então, essa é
188 uma apresentação de como funciona, porque o curso pode ser aplicado presencialmente ou em
189 modalidade online síncrona, ou seja, como a gente está aqui agora, a gente está online, mas
190 todo mundo ao mesmo tempo. Não é para uma metodologia EAD, que a pessoa estuda
191 sozinha. A carga horária total é de 20 horas, sendo 15 de encontros presenciais ou síncronos e
192 cinco de estudos e preparação. Então, é dividido em dois módulos, o módulo um, que se
193 chama as bases para o desenvolvimento da ação conselheira, tem dois encontros, o primeiro
194 com relação às atribuições dos conselheiros de direitos e o segundo com relação à legislação,

195 planejamento e gestão. O segundo módulo é referente às práticas do Conselho Municipal de
196 Direitos, que tem três pontos. O primeiro diz respeito aos recursos financeiros, o segundo
197 sobre a rede de atendimento e terceiro da qualificação do atendimento em rede. Então, no
198 primeiro módulo, a base e o desenvolvimento da ação conselheiro. Tem aqui as políticas
199 públicas, as estruturas de estado, terceiro setor e sistema de conselhos. O marco legal de
200 proteção à infância, sistema de garantia de direitos, as atribuições dos conselheiros,
201 conhecimento da legislação, exercício de planejamento estratégico e situacional. Estamos
202 tentando sincronizar aqui a apresentação, o Paulinho está me ajudando. Só um momento.
203 [Inaudível/interferência no áudio do virtual: Solicitar leitura do trabalho para a íntegra da ata].
204 **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz –**
205 **CAIMC (TOPOGIGIO):** Fernanda, tem conselheiros que se retiraram e outros precisam sair
206 daqui uns 10 minutinhos. Se puderes ir concluindo, para ainda temos uma comissão. **Fernanda**
207 **Kerbes:** Tá bom. Já vou concluir. Então, concluindo mesmo, aqui tem um pouco do conceito
208 de articulação de trabalho coletivo. Vou focar mais na atividade. O exercício da
209 horizontalidade, da lógica da cogestão e da autogestão. O conceito de que a rede para ser de
210 proteção não anule o sujeito, que exista um espaço de criatividade dentro da rede, que ela não
211 seja como aquela rede que prende mesmo, que ela seja uma rede que promova uma rede que
212 interage, que tenha uma dinâmica. Aí faço uma correlação entre nós e laços, o nó trazendo um
213 engessamento quando a rede não se pensa e o laço permitindo o desvio da norma, construções,
214 articulações novas que se dão na dinâmica daquelas ações. Aqui tem as referências. Eu peço
215 desculpas por ter me estendido na leitura, mas eu queria entrar mais na parte conceitual. Eu
216 agradeço muito a escuta de vocês, a participação dos conselheiros, a abertura ao que a gente
217 propôs. Eu acredito que é muito assim, é o estudo se complementando com a prática que a
218 gente avança e o tema foi escolhido por mim, porque eu tenho muito estima pelo CMDCA, né.
219 Eu vejo o CMDCA como um grande potencial nessas relações que são construídas. Um
220 aspecto que apareceu na pesquisa é o clima positivo das relações aqui dentro. E um aspecto
221 que apareceu negativo é o atrelamento às funções burocráticas, que acredito que vocês sigam
222 vivenciando muito no cotidiano, né. Então, apesar dos desafios um grande potencial de
223 avanço. O Luiz Henrique me passou a lista dos emails de vocês e eu encaminho uma
224 ferramenta de avaliação desse conteúdo proposto. Eu pediria, realmente, uma adesão de vocês,
225 porque a avaliação é fundamental para validar, para a gente estar sabendo se está indo na
226 direção correta ou não. E fico à disposição para a gente ter uma troca, para escutá-los a
227 respeito. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da**

228 **Cruz – CAIMC (TOPOGIGIO):** Obrigada, Fernanda. Alguém quer fazer algum comentário?
229 Eu vi ali a Sheila. Por favor, Sheila. **Sheila Aparecida Maia Teixeira, Instituto Pobres**
230 **Servos da Divina Providência – IPSDP:** Fernanda, eu queria te dar um retorno assim, que a
231 partir da pesquisa, pelo que eu me lembre, veio muito a tua construção da formação vem bem
232 de acordo com aquilo que a gente colocou, que eu coloquei pelo menos na pesquisa. E te dizer
233 que algumas coisas nós já estamos por outros caminhos tentando resolver, mas o caminho da
234 formação e o confronto com a questão da forma como tu colocaste é bem pertinente. Com
235 certeza em algum momento a gente de repente vai poder estar utilizando esse material para
236 momentos formativos que a gente está se propondo a fazer também. E algumas questões a
237 gente já está encaminhando de alteração de resolução, de mudança de regimento, coisas que
238 vão agregar nessas dificuldades que tu trazes, que são dificuldades burocráticas, que não são
239 dificuldades relacionais, bem na questão burocrática mesmo que a gente precisa avançar, como
240 fluxo interno, o fluxo com as secretarias, fluxos para facilitar o trabalho e a gente não ficar só
241 apagando fogo com aquilo que vem urgência de processos e tal, e não discutir a política da
242 criança, que é o foco principal. Então, para a gente poder ter esse olhar mais ampliado também
243 enquanto Conselho. Eu te agradeço pela apresentação, veio bem ao encontro do que eu
244 respondi na pesquisa, foi bem fiel. Parabéns! **Fernanda Kerbes:** Obrigada! **João Batista**
245 **Machado da Rocha, Fundação O Pão dos Pobres:** Também te parabenizar, Fernanda. A
246 gente participou também dessa construção e o quão importante é a dimensão da construção do
247 conhecimento. Como a Sheila trouxe, a questão da política pública de assistência social, que
248 envolve especialmente a criança e adolescente, também nós enquanto Conselho. Eu acho que a
249 Fernanda traz luz para essa temática, da importância do Conselho na efetivação das políticas
250 públicas. É claro que muitas vezes nós ficamos muito concentrados na questão da liberação de
251 recursos, essa parte administrativa vinculada ao Fundo, que é importante, mas em algum
252 momento a gente precisa também fazer essa construção como processo também de inovação
253 na área da infância e da juventude. Então, quero te agradecer por essa construção coletiva,
254 mas, ao mesmo tempo, tu estás encampando e tomando a iniciativa. Obrigado por escolher o
255 Conselho para fazer esse trabalho. **Fernanda Kerbes:** Obrigada! **Carolina Aguirre da Silva,**
256 **Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – CAIMC (TOPOGIGIO):** Ok.
257 Mais alguém? Fernanda, eu também queria te parabenizar em nome de todo o Conselho, que
258 realmente tu possas compartilhar mais essa tua pesquisa com a gente, como diz a Sheila, para a
259 gente usar como mais um instrumento para as nossas formações também. E realmente, muito
260 bom o trabalho e obrigada novamente. **Fernanda Kerbes:** Muito obrigada pela confiança.

261 **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz –**
262 **CAIMC (TOPOGIGIO):** Vamos para a última comissão, Comissão de Finanças. Acho que
263 está só o Jair aí.

264 **- COMISSÃO DE FINANÇAS:**

265 **Jair Monteiro Marros, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Oi, Carol. Estou aqui.
266 São dois pareceres, ABCB e o IPIEDAI. O ABCB é um projeto de captação, estão solicitando
267 um valor de R\$ 302.000,00 e hoje pela manhã a Comissão de Finanças se reuniu, discutimos o
268 processo, já passou pela Comissão de Políticas e agora chegou na Comissão de Finanças.
269 Então, é o SEI 22.0.000046366-7 – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA, CULTURAL E
270 BENEFICENTE PORTO ALEGRE - ABCB. Projeto Cuidando e transformando Vidas com
271 Amor. Relatório: Trata-se de análise de documentos para carta de captação de recurso para o
272 Projeto Cuidando e Transformando Vidas com Amor. O objetivo do projeto é a melhora do
273 espaço físico, melhorar OP atendimento dos assistidos e familiares e reduzir a evasão e
274 repetência escolar. O projeto busca captar R\$ 302.971,80 para 6 meses de projeto. a OSC
275 apresentou a documentação necessária, os orçamentos para a aquisição de material permanente
276 de consumo, serviços de terceiros e gasto com recursos humanos. Então, a Comissão de
277 Finanças é de PARECER FAVORÁVEL para a emissão da carta de captação com a retenção
278 de 5%. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz**

279 **– CAIMC (TOPOGIGIO):** Ok. Em votação, então, quem é favorável ao parecer da
280 comissão, por favor, levante a mão. Quem é contra? Abstencões? Então, Aprovado por
281 unanimidade. **APROVADO O PARECER FAVORÁVEL.** O outro. **Jair Monteiro Marros,**

282 **Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** É o IPIEDAI. Este aqui é só uma não adaptação
283 ao objeto da parceria, em virtude da pandemia, porque a instituição continua sempre com aulas
284 online para os alunos e agora voltaram ao presencial. Então, foi discutido por nós hoje de
285 manhã. Relatório: A Comissão de Finanças é de PARECER FAVORÁVEL a não adaptação
286 do objeto da parceria. Era isso, Carol. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento**

287 **Integrado do Morro da Cruz – CAIMC (TOPOGIGIO):** Ok. Então, em votação, quem é
288 favorável ao parecer da comissão, por favor, levante a mão. Alguém é contrário? Abstencões?
289 Aprovado por unanimidade. **APROVADO O PARECER FAVORÁVEL.** Eram só esses

290 dois. Mais alguma coisa para a plenária, pessoal? **Rosana Fernandes Nunes, Associação de**
291 **Pais e Amigos dos Excepcionais de Porto Alegre, APAE/POA:** A próxima plenária vai ser
292 presencial? **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da**

293 **Cruz – CAIMC (TOPOGIGIO):** Nós combinamos que na última será presencial e nas
294 demais será híbrida. A gente vai se organizando melhor, qualquer coisa a gente retoma. Mais
295 alguma coisa, pessoal? Então, quero agradecer a presença de vocês.

296 **Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião da Plenária do Conselho**
297 **Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, às 15h45min, da qual foi lavrada**
298 **a presente ata por mim, Patrícia Costa Ribeiro, sob o Registro nº 225257/2003 –**
299 **FEPLAM, prevalecendo o princípio da presunção de veracidade.**